

# A IDENTIDADE DE MENINAS NEGRAS NA ESCOLA

## THE IDENTITY OF BLACK GIRLS AT SCHOOL



### **ANNE CAROLINE NARDI DOS SANTOS**

Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (ano de conclusão 2015); Especialista em Cultura Africana pela Faculdade Campos Elíseos (ano de conclusão 2017); Professora de Educação Infantil; Coordenadora Pedagógica no CEI Silvana Aparecida Tobias, Prof<sup>ra</sup>.

### **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo examinar como ocorre o processo de construção da identidade das meninas negras no cotidiano escolar e, identificar e compreender de que forma meninas negras constituem suas identidades, e como estas subjetividades, se manifestam na escola. A hipótese desse estudo apoia-se na percepção de que, apesar dos avanços em relação a conscientização e respeito pelas questões étnico-raciais, conduzidos, principalmente, pelos movimentos sociais, ainda prevalecem práticas racistas que não mencionam as Histórias da África, dos africanos e os afrodescendentes no Brasil, ou informa de maneira estereotipada, e por isso, acreditamos que a constituição da identidade de meninas negras é prejudicada neste processo escolar. O universo desta pesquisa sendo de cunho qualitativo, definiu-se pela análise e reflexão crítica de obras (teses, dissertações, artigos e livros) que versam sobre a temática de identidade étnico-racial e de gênero e, também sobre conscientização, assim como conscientização negra. Os sujeitos deste estudo serão mulheres negras, sendo este grupo composto por cinco mulheres negras na faixa etária acima dos 25 anos de idade, com diversos perfis para a obtenção do melhor resultado possível, cujo perfis selecionados foram: perfil intelectual, militante, pessoa comum, idosa e recém-formada. Essas depoentes retomaram momentos significativos da sua história relacionada com sua passagem pela escola. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, como dito anteriormente, e entrevista semiestruturada. O estudo se fundamentou nos seguintes autores: MUNANGA (1986 e 2004); referências para fundamentar questões raciais e de racismo. LOURO (2000), referências para

fundamentar gênero e raça. PAULO FREIRE (1983 e 1996); referências para a fundamentação das categorias de análise: Liberdade, opressão; autonomia; conscientização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade étnico-racial; Identidade de gênero; Menina negra; Racismo; Branqueamento.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to examine how black girls' identities are constructed in everyday school life and to identify and understand how black girls constitute their identities and how these subjectivities manifest themselves at school. The hypothesis of this study is based on the perception that, despite advances in awareness and respect for ethnic-racial issues, led mainly by social movements, racist practices still prevail that do not mention the histories of Africa, Africans and Afro-descendants in Brazil, or inform in a stereotyped way, and for this reason, we believe that the constitution of the identity of black girls is hindered in this school process. The universe of this qualitative research was defined by the analysis and critical reflection of works (theses, dissertations, articles and books) that deal with the theme of ethnic-racial and gender identity and also awareness, as well as black awareness. The subjects of this study will be black women, and this group is made up of five black women aged over 25, with different profiles in order to obtain the best possible result, whose profiles selected were: intellectual profile, militant, ordinary person, elderly and recently graduated. These interviewees recalled significant moments in their history related to their time at school. The methodology used was qualitative, as previously mentioned, and consisted of semi-structured interviews. The study was based on the following authors: MUNANGA (1986 and 2004); references to substantiate racial issues and racism. LOURO (2000), references to substantiate gender and race. PAULO FREIRE (1983 and 1996); references to underpin the categories of analysis: Freedom, oppression; autonomy; conscientization.

**KEYWORDS:** Ethnic-racial identity; Gender identity; Black girl; Racism; Whiteness.

## **INTRODUÇÃO**

Como se pode observar, a partir da apresentação deste trabalho, esta pesquisa, em sua origem, está particularmente relacionada tanto à biografia quanto à trajetória profissional desta pesquisadora. Ao tomar a preocupação da identidade das meninas negras na escola, compreende-se a relevância desta investigação a partir de dois aspectos: o acadêmico e o social. O primeiro porque, embora seja um tema já estudado na academia, dada a sua amplitude, está longe de ser entendido e pedagogicamente equacionado. O segundo, pela relação direta do lócus escolar com a sociedade, considerando que a escola não apenas reproduz o social, mas, em grande medida, a cria e o recria em seus múltiplos espaços de interação.

Resguardadas as dimensões das questões étnico-raciais, o trabalho ora desenvolvido propõe-se a contribuir para os fazeres pedagógicos de professoras e professores, no que diz respeito à promoção da valorização da comunidade negra, em especial, as meninas e mulheres negras. Pretende também trazer subsídios para a construção de saberes e a valorização do legado cultural negro, no contexto da educação formal brasileira.

Para tanto, no âmbito das memórias e histórias de vida, refletir o campo da educação, a partir das experiências e os relatos de mulheres negras, discutindo a relação interligada das questões raciais e de gênero na escola e como elas repercutem na vida destas protagonistas.

Trata-se, também, numa perspectiva de denúncia e de anúncio, chamar a atenção de educadoras, educadores, e gestores escolares, para o fato de como a educação interfere na construção étnica e de gênero de crianças e adolescentes. Nessa mesma direção, há que se observar o quanto o contexto escolar vivenciado por mulheres negras contribui para a reprodução de preconceitos e discriminações racial e de gênero, isto é, o quanto este espaço interfere na constituição da identidade e na assunção da mulher negra em processo de emancipação.

## **UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA PARA UMA PERSPECTIVA POSITIVA DA POPULAÇÃO NEGRA**

Neste artigo, serão apresentadas e discutidas as principais correntes teóricas e categorias de análise empregadas neste estudo acerca da identidade das meninas negras. Por isso, iniciamos a discussão pautando a importância da extinção do ponto de vista histórico que remete aos mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ou seja, a necessidade de reavaliar e reformular o imaginário social em relação as mulheres negras. Uma vez que, a partir deste imaginário social mal formulado e distorcido, incidem diversas formas de discriminações e preconceitos.

Diante disto, acreditamos fundamentalmente, que o mundo deva ser reposicionado para conhecer a história contada não somente pelo ponto de vista do colonizador, mas sim, da descendência das pessoas escravizadas, e assim, emancipar-se para a luta de humanização dos povos, como Steve Biko dizia, responder a um problema criado não pelo negro, mas sim, pelo branco. Ou seja, o problema é de todos nós, não exclusivamente da comunidade negra.

Questões como, por exemplo, “de onde viemos?” ou “de quem descendemos?”, servem principalmente, para nos identificar e definirmos. A abstenção que a escola proporciona com a educação formal colonizadora, nega as meninas e meninos negras e negros o direito de aprenderem e conhecerem sobre o povo brasileiro, aprender sua história, e assim prejudica que as contribuições desta parte da população contribuam para a formação das novas gerações.

E quais foram estas contribuições, são elas de três segmentos: econômica, demográfica e cultural. Conforme Munanga “Foi graças a esse trabalho gratuito do negro escravizado que foram produzidas as riquezas que ajudaram na construção do Brasil colonial e na construção da base econômica do país” (p. 20), ele segue mostrando que “No plano demográfico, os africanos nos ajudaram no povoamento do Brasil [...], mostra que até 1830, os negros constituíam 63% da população

total, os brancos 16% e os mestiços 21%” (p. 20). E como exemplo da contribuição cultural Munanga apresenta-nos “os africanos introduziram um vocabulário desconhecido no português original e que faz hoje parte do falar brasileiro, alguns exemplos: acarajé, fubá, ginga, llê, jiló, lengalenga, quitanda, sacana, umbanda, zumbi, etc.” (p. 21). Este é um dos motivos pelo qual não falamos o português de Portugal, a influência de outros povos.

E quais são as mazelas da discriminação e do racismo em sociedade? Podemos destacar a negatização da figura do negro, exemplo disto, são as piadas racistas embutidas no cotidiano “tidas” como normais e inofensivas, geralmente estas piadas relacionam negras e negros a pobreza, sujeira e a marginalidade, por isso elas não são saudáveis, nem para a população negra e nem para a sociedade, já que estas ações acabam alimentando ainda mais o imaginário negativo em relação a comunidade negra.

Estudos apontam a relação entre a desigualdade social e racial, dizendo que quanto maior a proximidade da etnia negra mais provável seria encontrar o brasileiro nas camadas mais inferiores da sociedade, questionando a democracia racial.

Em meados dos anos 90, estudos sobre relações raciais, estatísticas oficiais e pesquisas sobre desigualdades raciais no Brasil realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação do Ministério do Planejamento e Gestão, comprovaram a existência do racismo em nossa sociedade e demonstraram como ele é um fator de agravamento da situação de exclusão e desigualdade vivida pelas camadas populares brasileiras. As pesquisas explicitaram o que o Movimento Negro já apontava há muitos anos: a pobreza, no Brasil, tem cor. (MUNANGA, 2016, p. 129).

Além disto, o racismo incutido na sociedade por séculos é demasiadamente cruel, ele consegue ditar o que eu não quero ser, mesmo quando eu sou. Ele faz com que negamos a nós mesmos. O imaginário social herdado do período escravagista alimenta um lugar naturalizado, o qual subentende-se que devemos estar.

Além de que, a mulher negra até os dias atuais, é vista como objeto sexual e determinada para certas funções. E como consequência disto, é mais facilmente exposta a diversas violências, tais como, violência sexual, doméstica, moral e entre outras. Mais facilmente exposta, do que outras mulheres de outras etnias.

Por isso, a necessidade de falarmos sobre este assunto, e desconstruir a imagem criada pelos colonizadores, mudar imaginário social em relação as negras e negros. “Aprender a conhecer o Brasil é aprender a conhecer a história e a cultura de cada um desses componentes para melhor captar sua contribuição na cultura e na história do país.” (MUNANGA, p. 18). Em detrimento deste imaginário distorcido, surgem as discriminações e a violência física e psicológica direcionada a população negra, em geral a população negra em situação de vulnerabilidade social. Um exemplo disto, é a educação impregnada de pressupostos acerca do imaginário social, que acaba por reproduzir o estigma de inferioridade da população negra, e dentro disto, as mais atingidas são as mulheres negras.

A ausência de uma educação voltada para as relações raciais, impede a formação humana do indivíduo que tem como resquícios déficits de respeito e cidadania em sociedade.

Recontar a história da negra e do negro brasileiro, mostrando-o como sujeito ativo, e não como passivo diante da escravidão, é demasiadamente fundamental para a sociedade brasileira conhecer

os processos de lutas e a organização dos africanos escravizados. Isto influenciará a construção da autoestima e a identidade positiva das pessoas negras e brancas, valorizando a presença africana e posteriormente afrodescendentes no Brasil.

Não fomos ou somos passivos ou apáticos em relação ao regime de escravidão. Deve-se considerar as condições de luta e as organizações que nossos antepassados africanos dispunham naquele tipo de sociedade que não era sua naturalmente, e o que significava ser negro no Brasil naquele momento. Mas, sim havia e ainda há processos de resistência negra.

Exemplo de resistência negra, que serve também como inspiração é o movimento quilombola “reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma outra estrutura política” (MUNANGA, p. 71, 2016). Além deste exemplo, Munanga nos apresenta alguns outros que contam a história deste país,

[...] podemos dizer que a escravidão sempre foi acompanhada de um forte movimento de resistência, e várias revoltas tiveram a presença negra como personagem central, na luta pelo fim deste regime desumano e cruel. Exemplos dessas ações e reações foram a revolta dos Alfiates (Bahia, 1798), a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Balaiada (Maranhão, 1838-1841), conhecidas como revoltas urbanas. (MUNANGA, p. 98, 2016).

A discriminação se aprofunda mais, quando a partir dela gera o preconceito que o negro não produz conhecimento, como não, sendo que no continente africano, antes da chegada dos europeus, já havia a sociedade africana com suas funcionalidades. “Uma expedição punitiva enviada pelo rei da Inglaterra em 1897 tomou a capital [...]. Os soldados ingleses apoderaram-se de milhares de obras-primas da arte de Benin, que hoje podem ser vistas nos grandes museus e galerias de arte europeias.” (MUNANGA, p. 53, 2016). Além disso, “quando o descobridor português Diego Cão lançou a âncora no rio Congo, em 1842, o reino do Kongo, uma das civilizações mais prestigiosas da África Central, já tinha quase um século de existência. (MUNANGA, p. 57, 2016). E depois disto, sequestrados e escravizados, nossos ancestrais negros e negras construíram este país, não apenas com seus trabalhos forçados, mas também, com sua cultura, ancestralidade e religiosidade. E ainda depois disto, continuamos a sobreviver as margens da sociedade, seguimos produzindo conhecimento, e sobrevivemos com o mínimo oferecido pelo Estado, que pouco reparou as injustiças que o povo negro sofreu.

A discriminação assim como o racismo é igualmente cruel, ambos desumanizam mulheres e homens negras e negros, não os permitindo que se tornem cidadãos e cidadãs. A discriminação tem o intuito principal de legitimar e justificar a violência, a negação da humanidade e os trabalhos antes forçados e hoje subalternizados dos africanos e seus descendentes. As marcas o racismo está impregnado nos corpos negros, fazendo com que a discriminação seja contínua e perpetua, ocasionando em menores oportunidades de estudo, moradia, saúde e avanço de classe social.

É impossível pensar no enfrentamento da sociedade sem pensar o racismo e o sexismo. Na realidade brasileira, ainda há resistências para análises quanto ao racismo, gênero e classe. E deveria ser uma questão prioritária está, já que o Brasil existiu por mais tempo com a escravidão do que sem. Não tem como falar de gênero, sem falar de raça, ou falar de classe, sem falar de raça. Uma vez que, a maior parcela em situação de pobreza e extrema pobreza da sociedade brasileira, são pessoas negras, além disso os menores salários estão distribuídos para as mulheres negras,

ou seja, gênero, classe e raça, estão entrelaçados.

Davis expõe a opressão como forma de estruturar a sociedade, e diante disto, estas circunstâncias nos parecem opressoras o suficiente para a dominação de toda uma comunidade. Assim, como um dia a escravidão moderna foi uma forma de dominação, hoje a opressão para Angela Davis é ainda mais profunda do que discriminação racial, já que a opressão produz desemprego, habitação de má qualidade, educação inadequada e atendimento médico precário.

Além de ser uma maneira de controle social, a opressão é ao extremo agressiva. Atualmente, temos como um exemplo, o encarceramento em massa da população negra,

É nesse contexto que a ação da polícia assume um papel mais destacado, tendo que enfrentar diretamente a reação escrava, à medida que os senhores se viam cada vez mais impotentes para controlar os movimentos de revolta. [...] muitos ainda acreditam que a questão racial é uma questão de polícia e não de políticas públicas. Esse é um terrível equívoco que não foi construído em nossos dias. Podemos considerá-lo uma marca de escravidão que ficou impregnada na visão que muitas pessoas em nossa sociedade ainda conservam em relação ao povo negro (MUNANGA, p. 101, 2016).

Mas escravidão moderna apresenta também outras formas de opressão, sendo uma delas demasiadamente cruel o estupro de mulheres negras, demonstrando as diversas facetas da opressão, e como está é eficaz ao algoz que dela se apropria. Como expôs Davis

Seria um erro interpretar o padrão de estupro instituídos durante a escravidão como uma expressão dos impulsos sexuais dos homens brancos, reprimidos pelo espectro da feminilidade casta das mulheres brancas. Essa explicação seria muito simplista. O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros (p. 36).

Assim como,

Se os brancos não hesitaram em manter relações sexuais com as mulheres negras, índias e mestiças, isso não significa em absoluto que aceitaram os princípios de igualdade racial. Esse fato sublinha mais a existência das necessidades físicas e os meios para satisfazê-las numa sociedade incontestavelmente dominada pelos europeus, tanto no plano econômico quanto no político. Vista dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada, primeiramente, não com um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual, e o mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. Embora o casamento com uma mulher de outra "raça" possa ser interpretado como símbolo de uma grande tolerância, é preciso dizer que os casamentos desse tipo foram muito raros (MUNANGA, 2008, p. 29).

Entendemos, que a busca pela emancipação da mulher negra, se inicia pelo processo de rompimento do silêncio e da invisibilidade que elas são impostas, é necessário pensar a sociedade a partir de seus olhares, e para isso é preciso que as mulheres negras tenham suas vozes consideradas, expondo a formulação de uma nova sociedade que atenda às suas necessidades também.

Nesta dinâmica, compreendemos este panorama como o direito de humanização da mulher negra, através do direito à voz. Queremos um mundo novo, no qual outras vozes possam participar dele, todas as vozes sendo consideradas igualmente, todas potente proporcionalmente. Romper a invisibilidade da mulher negra, questionando o porquê nós não temos os mesmos espaços que as, e os demais, e o não questionamento – a aceitação, pode significar que admitimos este tipo de violência contra a mulher negra, compactuando com a situação.

E a representatividade é relevante neste processo de visibilidade, Angela Davis diz que a população negra ainda em grande parte está fora dos espaços de poder. A norma da sociedade



brasileira é a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade, além, da estética ancestral confortável – a mulher branca e loira. Isto faz com que estes padrões tivessem por muito tempo o monopólio da beleza, da inteligência e da força. Talvez isto explique, o despreparo da educação em relação as crianças negras, gerando nestas a sensação de não pertencimento.

O ideal cultural nunca foi a mulher negra, mas sim, a mulher branca. Assim, o protagonismo deste ideal cultural, assim como dos homens, coloca as mulheres negras em lugares subalternizados e de exotização.

Para Steve Biko a consciência negra e as lutas das questões raciais estão para além da identidade, mas sim, em busca da verdadeira humanidade, porque para Biko as lutas de moradia, saúde, educação e vida, são lutas pertencentes a comunidade negra. Por isso, é necessário a emancipação, a emancipação como forma de pensar um novo modelo de sociedade, emancipação radical que não reforce nenhum tipo de opressão.

Para isso, é fundamental que o tema racial seja discutido e analisado, desde a formação do professor e da gestão da escola. A academia pauta a educação do ponto de vista do homem branco, e assim o professor chega na sala de aula com seus vícios da sociedade racista. O material didático sobre a história da África, precisa também ser revisto e analisado cuidadosamente pela gestão e pelos professores, a fim de não reforçar estigmas e estereótipos. O poder público precisa se responsabilizar pelas políticas públicas efetivas, com ações afirmativas, a fim de reparar as condições dadas à comunidade negra em anos de história.

O brasileiro de ascendência africana, ao contrário dos brasileiros de outras ascendências (europeia, asiática, árabe, judia etc.), ficou por muito tempo privado da memória de seus ancestrais. Por isso, a Lei nº 10.639, promulgada pelo Presidente da República Federativa do Brasil em 2003, depois de 115 anos da abolição da escravidão, veio justamente reparar essa injustiça feita não apenas aos negros, mas a todos os brasileiros, pois essa história esquecida ou deformada pertence a todos, sem discriminação de cor, idade, sexo, gênero, etnia e religião. (MUNANGA, p. 18).

É indispensável para a população negra reconhecer-se, e isto ocorre pelo processo de aceite dos valores, costumes e tradições, e pela reformulação da imagem do ser negro. A consciência é a chance da comunidade negra de ter orgulho de si e de sua cultura. Conforme Munanga

Seres livres em suas terras de origem, aqui foram despojados de sua humanidade através de um estatuto que fez deles apenas força animal de trabalho, coisas, mercadorias ou objetos que podiam ser comprados e vendidos; fontes de riqueza para os traficantes (vendedores) e investimentos em “máquinas animais” de trabalho para os compradores (senhores de engenhos). Foi esse regime escravista que fez do Brasil uma espécie de sociedade dividida e organizada em duas partes desiguais (como uma sociedade de castas): uma parte formada por homens livres que, por coincidência histórica, é branca, e a outra formada por homens e mulheres escravizados que, também por coincidência histórica, é negra. (p. 16).

O Brasil entre todos os outros países do mundo é um dos mais perigosos para o gênero feminino “As Nações Unidas denunciam que somos o quinto país em homicídios contra mulheres. Estamos à frente da Síria, em guerra desde 2011” (GELEDÉS, 2016)

Diante disto, e com base nos estudos para a construção deste projeto podemos concluir momentaneamente que, ser mulher negra no Brasil é sinônimo de correr perigo constantemente.

Esta violência está atrelada ao racismo, já que podemos observar as diferenças dos dados

estatísticos entre as mulheres brancas e as mulheres negras, conforme trecho: “O dado mais recente, de 2014, mostra que, enquanto a taxa de homicídios de brancas foi de 3,2 por 100 mil habitantes, a de negras ficou em 5,4 por 100 mil habitantes.” (GELEDÉS, 2016). E pensando nisso Munanga nos apresenta o seguinte quadro:

Sendo a mulher negra mais vulnerável à violência aos direitos humanos e por representar quase a metade da população feminina do Brasil, qualquer estratégia de promoção da mulher deve considerar as diferenças que existem entre as mulheres, adaptando as políticas públicas às necessidades reais das mulheres brancas, negras, indígenas, para que essa metade da população feminina, negra e indígena, chegue junto com a mulher branca ao poder. (MUNANGA, p. 135, 2016).

Com estas informações podemos imaginar a dificuldade de ser mulher, e negra, excluídas nas margens da sociedade brasileira. Enquanto as mulheres brancas combatem o machismo, sendo está também uma luta árdua, que progride em passos lentos e pequenos, as mulheres negras lutam contra o machismo, mas também contra o racismo e o preconceito. “Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista.” (MUNANGA, p. 133, 2016).

Mesmo com os avanços em relação a função da mulher no mundo e no Brasil, a mulher negra ainda continua relacionada às funções subalternizadas, e bem parecida com as funções que desempenhava no Brasil colonial. Diante disto, podemos observar em Munanga, 2016

[...] em 1990, existiam cerca de trinta mil altas executivas, as mulheres eram 62% dos profissionais de Medicina, 42% dos diplomados em Direito, 19% em Engenharia, 40% na Imprensa, ocupando 2.301 cargos de juízes no Judiciário. Basta, no entanto, percorrermos esses espaços de decisão ocupados pela mão de obra feminina par constatar que a maioria das mulheres negras não está lá, está ainda nas funções tradicionais, ou seja, limpando a sala da diretoria, da médica, da advogada, da redação dos jornais, dos tribunais, em resumo, limpando a sala das decisões. (p.134).

Não é nossa intenção desmerecer qualquer luta e nenhuma etnia, este comparativo exposto em nosso texto, é para retratar ao leitor que a luta feminina é constante e resistente, e desta luta abrem-se parênteses, que é a luta feminina concomitantemente articulada com a luta racial.

Dessa forma, devemos refletir quanto ao combate racista e machista que não é atual, o que é contemporâneo, são as vistas e à proporção que este movimento de feminicídio racial está alcançando.

Assim refletimos quanto as repercussões da discriminação na população brasileira, principalmente nas nossas crianças, que estão expostas a mídia transmitindo conteúdos que estão atrelados as relações de poder, concebendo ali uma massa de manobra.

Além dos órgãos do poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia – as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2017, p. 112).

Deste modo, sabemos que representatividade acontece, para as meninas brancas. Todas elas são brancas; as bonecas, as dançarinas nos programas infantis e até as protagonistas nas novelas, desenhos, séries etc. Diante disto, podemos concluir momentaneamente que ser negro influencia



diretamente as experiências dos indivíduos. Precisamos nos preocupar com as experiências dos filhos da Diáspora, os afrodescendentes, quais são as consequências da ideia de supremacia de uma raça sobre a outra. Alimentar e incentivar referência positiva de pessoas negras para pessoas negras e brancas.

Afinal a Televisão não representa a população brasileira, na verdade, ela representa uma pequena parte desta população, a que ela acredita que é a mais bonita, mais inteligente, mais talentosa, enfim a melhor, em sua perspectiva. E quando as meninas negras e os meninos negros são representados, na maioria das vezes, ficamos constrangidos, somos domésticos, seguranças, bandidos, bobos da corte. Sempre parece nos remeter e relacionar com a desumanização imposta pela escravidão.

Entretanto, sempre há um espaço nas páginas policiais para negras/os, comprovando os estereótipos e os pré-conceitos, fortalecendo o imaginário social que o corpo negro ainda continua a ser a carne mais barata, sem importância, reproduzindo conceitos machistas, racistas e patriarcais. Ou seja, a muito tempo a TV e a literatura vem reforçando o papel social do/a negro/a no Brasil.

É essa TV racista dominada e relacionada com a elite dominante que cria as narrativas que influenciam milhares de telespectadores conscientes ou não. Essas narrativas transmitem mensagens que não existe racismo no Brasil, um grande e forte “viva a democracia racial”, no Brasil não há cor, o fato de não vermos a cor não é um bom sinal. Mensagens distorcidas de que se o/a negro/a está naquelas condições, é apenas obra do acaso, mera coincidência, nada disso tem a ver com ofertas de oportunidades desiguais.

Pensando sobre isto, a mídia precisa deixar de perpetuar o imaginário racista, romper com esta prática e criar perspectivas, sendo elas, as questões raciais em primeiro-plano; a perspectiva que temos da mulher, em especial, a mulher negra e a hiper sexualização, a qual essa é insistentemente relacionada; a relação de pessoas pretas somente ao corpo e a sexualidade, dificilmente ao cognitivo e a inteligência. Contudo, felizmente as condições dos pretos/as estão em processo de mudança, porque a população negra está se organizando cada dia mais para nos proteger, ganhando maior visibilidade e conseqüentemente apoio, não significa que antes não nos organizávamos, havia sim organização, resistência e inteligência entre nós, mas atualmente ganhamos visibilidade para nossa causa, e apoio de outros grupos étnicos, como os brancos e os pardos, que estão se reconhecendo como filhos da Diáspora também.

A reflexão que irá alimentar este estudo será em relação ao sujeito, com o enfoque em uma de suas subjetividades, sendo está a identidade. Professores e professoras como atores e atrizes da educação devem estar atentos à complexidade que permeia este âmbito, e deve considerar acima de tudo que a educação não é um monólogo, isto é, não somos os únicos atores e atrizes deste campo, professores/as juntamente com os/as alunos/as, a escola e a comunidade, formamos um grande elenco, buscando representar a realidade de cada um destes, ou pelo menos deveríamos.

Este projeto busca um estudo aprofundado, crítico e reflexivo acerca dos campos feministas, culturais e étnicos, uma vez que, pode se entender que a opressão é o caminho para a manutenção das relações de poder, e por isso, cabe a escola ficar atenta a influência que estas relações procuram

exercem nos sujeitos já dentro da instituição escolar para repercutir nas dinâmicas sociais. “Por isso é que, na formação dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p.43).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo manifestou-se, de um lado, pela intenção de demonstrar como a escola básica interfere na construção étnica das meninas negras que a frequentam; de outro como tentativa de anunciar possíveis caminhos apontados na própria pesquisa para enfrentar parte dos inúmeros problemas que tocam a questão da formação identitária dessas meninas.

Partiu-se da hipótese de que o contexto escolar, vivenciado por meninas negras, contribui para a reprodução de preconceitos e discriminações racial e de gênero, impactando de forma negativa no processo de assunção e emancipação das meninas/mulheres negras.

De um modo geral, os principais argumentos discutidos neste estudo mostraram que a escola, por muito tempo, não teve relação positiva com os processos de assunção de identidades de meninas negras. Pelo contrário, as referências bibliográficas e os estudos da área, demonstram que a vida escolar dificultou imensamente esse processo de descoberta e afirmação identitária, já que o cotidiano escolar dessas mulheres foi predominantemente marcado pela reprodução da cultura do branqueamento.

O artigo mostrou também que este processo de assunção da identidade negra que, para muitas, é uma descoberta da própria negritude, é um passo essencial para a autoafirmação e conscientização. Muitas das vezes observa-se que a assunção de suas identidades negras, ocorre sempre fora do ambiente da escola básica, e isso faz com que mulheres construam e constituam o processo de empoderamento – não só financeiramente, ou profissionalmente, tornando-se mais autônomas, mais fortalecidas, e mais resistentes, porém mais tardiamente.

A falta da conscientização racial e a identidade, faz com que o sentimento de não-pertencimento àquele lugar apareça mais fortemente na população preta, podendo ser um dos motivos de evasão escolar, por exemplo. A desconsideração escolar das questões relativas à identidade das meninas negras, frequentemente, incidiu na negação da prática educativa que as invisibilizavam.

Os marcadores sociais a que estão submetidas – gênero, etnia, sexo, classe social, dentre outros – configuraram um fardo imenso para essas meninas negras, hoje mulheres adultas. Pudemos refletir sobre a ausência de experiências escolares, a escassez de personagens negras nas disciplinas escolares, o que significa, por sua vez, a “naturalização” do branqueamento como fenômeno cultural e a consequente ausência da representatividade negra na escola. Ao lado disto, observamos que os traços étnicos, na visão de docentes, gestores e alunos, perpassaram, e ainda perpassam, por visões estereotipadas e discriminatórias.

Outro aspecto importante a ser destacado é a emergência das redes de apoio/proteção,

uma categoria social, evidenciadas nos relatos, de nossas participantes, condição que possibilitou o seu processo de conscientização, favorecendo de maneira notável a assunção das identidades de mulheres. Podemos concluir que essas redes de apoio e proteção, quando se configuram no ambiente escolar, são uma maneira de propiciar segurança, para, por exemplo, além da afirmação identitária, tornar o processo de aprendizado mais efetivo.

Para a pesquisadora, a realização deste artigo contribuiu, igualmente, para expressar as dificuldades de assumir a identidade negra, uma vez que revelou que as questões étnico-raciais são, em grande medida, desconsideradas pela educação básica, mesmo com a Lei nº 10,639/2003. Esse artigo também contribuiu para o reconhecimento da necessidade ao combate do racismo por um sistema de referência positiva, com vistas à construção identitária das meninas.

Visibilizamos as experiências de mulheres e meninas negras, fazendo-nos refletir o quanto ainda temos que aprender, acerca de nós, do outro, da sociedade, e o quanto temos a fazer. Esse trabalho nos oportuniza também a pensar uma reavaliação da escola e do professor/a da Educação Básica, sobre a constituição de identidades, de forma a refletir e a agir para uma prática educativa que contribuam para que as meninas negras cresçam mais autônomas e mais seguras, conscientes de suas potencialidades, e não agudadas e querendo mudar quem são para se adequar ao padrão.

A pesquisa nos revelou, de forma mais acurada, a crueldade do racismo na escola, especialmente sobre as meninas. Considerando a natureza do ambiente escolar, em que se espera constituir-se como um espaço de desvelamento e enfrentamento das opressões, a cultura do branqueamento ganha ainda mais legitimidade nesses lugares.

Quando uma professora ou um professor se omitem em sua função educativa ou, pior, agem favoravelmente às práticas discriminatórias ou racistas, fica difícil imaginar alguma saída para a sociedade. Nossas mães e nossos pais acreditam que a escola pode proteger e ensinar nossas crianças a se protegerem da discriminação. No entanto, na maioria das vezes, esse ambiente as vitimiza ainda mais, inculcando nas crianças negras e brancas a cultura da inferiorização racial que, por sua vez, configura-se de forma mais perversa nas mentes e nos corpos das meninas negras.

O que nos traz esperança é o fato de que a história e a cultura não são fenômenos acabados ou predeterminados, mas em processo, o que significa passíveis de mudança. Em nosso entendimento, para enfrentar uma das facetas das muitas desigualdades brasileiras, o racismo dentro da escola, não podemos renunciar à conscientização como único caminho possível.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. tradução Cristina Baum. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos**. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html> >. Acesso 27 jul. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento: Justificando, 2018.

ARAÚJO, Vanda Aparecida de; COSTA, Thiago Batista; XAVIER, Sara Santos. **Mulheres negras e educação: (re)construção de uma história de vitimização e a possibilidade de empoderamento**. In: SILVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (Org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra**. São Paulo: Casa Flutuante, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Coord.). **Branqueamento e branquitude no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58). Disponível em: <<http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso 15 jul. 2018.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento: Justificando, 2018.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero – uma seleção dos principais textos do líder negro**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

BRASIL. **Lei nº 10.639, que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso 15 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso 15 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PARECER N.º: CNE/CP 003/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso 15 jan. 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser com fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo**, São Paulo. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso 15 jul. 2018.

CAVALLEIRO, Eliane Dos Santos. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

**Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino, Danielle Valverde. [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/annen/Downloads/dossie\\_mulheres\\_negrasipea%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/annen/Downloads/dossie_mulheres_negrasipea%20(2).pdf). Acesso 30 jun. 2018.

**Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial** / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Sílvia Pereira de Carvalho]. -São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category\\_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso 30 mai. 2018.

FAUSTINO, Carmen; SOUZA, Elizandra. **Pretextos de mulheres negras**. Programa VAI – Valoração de Iniciativas Culturais, Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.

. **Pedagogia da autonomia**. 35.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996b.

. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.



. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 57<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

. **Pedagogia do oprimido.** 66<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **O que temos feito para combater o racismo à brasileira?** 2014. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/o-que-temos-feitopara-combater-o-racismo-brasileira/>>. Acesso 14 abr. 2018.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Precisamos da Lei do Feminicídio. E precisamos abalar as estruturas do machismo.** 2015. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/precisamos-da-lei-do-feminicidio-e-precisamos-abalar-asestruturas-do-machismo/>>. Acesso 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **As escolas como reprodutoras do racismo e o machismo.** 2017. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/as-escolas-comoreprodutoras-do-racismo-e-o-machismo/>>. Acesso: 13 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE.** 2017.

\_\_\_\_\_. **Risco de jovem negra ser assassinada é duas vezes maior que de branca, aponta pesquisa.** 2017. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/risco-de-jovem-negra-ser-assassinada-e-duas-vezes-maior-que-debranca-aponta-pesquisa/>>. Acesso 14 abr. 2018.

GOES, Djalma Lopes. **Ações afirmativas e ação pedagógica na educação: a aplicação da lei 10.639/03 em sala de aula.** 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, n. 21, p. 40-51, set./dez., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso 15 jul. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: **Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação**. In: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso 15 mar. 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** / tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – 2. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAFRA, Jason Ferreira; SANTOS, Régia Vidal dos; SANTOS, Anne Caroline Nardi dos. **Identidade de meninas negras: a força da história e do discurso**. In: SI LVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (Org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra**. São Paulo: Casa Flutuante, 2017.

MARTINS, Roseli Figueiredo. **Identidade de meninas negras: o mundo do faz de conta**. 2006. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus Presidente Prudente. 2006.

MARTINS, Telma Cezar da Silva. **O branqueamento no cotidiano escolar: Práticas pedagógicas nos espaços da creche**. 2017. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

MOURA, Glória. **O Direito à Diferença. In: Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso 15 mar. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso 15 mar. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <<file:///C:/Users/annen/Downloads/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf>>. Acesso 10 mar. 2018.

RATTS, Alex. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010. **(Retratos do Brasil Negro/ coordenada por Vera Lúcia Bedito).**

REVISTA FÓRUM. **Pesquisa indica que negros ganham metade da renda dos brancos.** 2017. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/pesquisa-indica-que-negrosganham-metade-da-renda-dos-brancos/>>. Acesso 10 mar. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017.

ROMÃO, Jeruse. **O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e Amílcar Cabral: **a descolonização das mentes.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, Lucilene Costa e. **Meninas negras na literatura infanto-juvenil: escritoras negras contam outra história.** 2012. 196 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. 2012.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha) da. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

SILVA JUNIOR, Hélio; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.). **Políticas públicas de promoção da igualdade racial.** São Paulo: CEERT, 2010.

SILVA, Neide Cristina da; LIMA, Francisca Mônica Rodrigues de; SILVA, Maria Lucia da (Org.). **Educação e o empoderamento da mulher negra.** São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2017.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Negritude, letramento e uso social da oralidade.** In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, 2001.

**Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso 15 mar. 2018.

YOUTUBE. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Os perigos da história única.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>>. Acesso 15 jul. 2018.